

OS DESAFIOS DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE COTAS RACIAIS NO BRASIL SOB A VIGÊNCIA DA LEI 14.723/2023.

Állida de Almeida Santos Botelho; Everson Soto Silva Brugnara (Msc.)

UNA

Curso: Direito, campus: Linha Verde e e-mail institucional do orientador: everson.brugnara@ulife.com.br

Introdução

As políticas de ação afirmativa no Brasil, como as cotas raciais, visam corrigir desigualdades históricas e ampliar o acesso ao ensino superior para grupos marginalizados. A Lei 14.723/2023 ampliou o público beneficiário e incluiu mecanismos de monitoramento periódico. Contudo, fraudes e falhas na fiscalização ameaçam sua eficácia, destacando o papel das comissões de heteroidentificação como um instrumento essencial.

Objetivos

- Analisar os desafios institucionais e sociais que impactam a efetividade das cotas raciais;
- Propor alternativas para fortalecer a fiscalização e assegurar justiça social.

Metodologia

Abordagem qualitativa e descritiva baseada em:

- Revisão bibliográfica das Leis 12.711/2012 e 14.723/2023.
- Análise documental e estudos acadêmicos recentes.

Resultados

a) Ampliação da representatividade no ensino superior, embora limitada por fraudes e inconsistências; b) A ausência de regulamentação nacional uniforme fragiliza a aplicação das políticas; c) A necessidade do fortalecimento das comissões de heteroidentificação é crucial para coibir fraudes e promover equidade.

Conclusões

A Lei 14.723/2023 trouxe avanços significativos, como a ampliação do público beneficiário e o monitoramento periódico. Contudo, fraudes e a ausência de fiscalização uniforme ainda comprometem sua efetividade. Para fortalecer essas políticas, destacam-se ações como a padronização dos critérios de heteroidentificação, o aprimoramento da fiscalização e a promoção de campanhas educativas. Essas medidas são indispensáveis para que as cotas raciais cumpram seu papel de corrigir desigualdades históricas, promovendo inclusão e justiça social.

Bibliografia

BORGES, Nathália Silva. Novos (velhos) dilemas das ações afirmativas: heteroidentificação e classificação racial no Brasil. *Temporalis*, v. 24, n. 47, p. 138-149, 2024.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 4 de julho de 2023. Atualiza as políticas de ação afirmativa para ingresso nas instituições de ensino superior. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 1, 5 jul. 2023.

GOMES, Arilson dos Santos. Manifestos contra as cotas raciais e a heteroidentificação: tensões ao corpo negro nos espaços sociais. *Revista InterAção*, v. 15, n. 3, p. e88359-e88359, 2024.

SANTOS, Kaio Pereira et al. Menor desigualdade e mais representatividade? Uma análise da eficácia, eficiência e efetividade da política de cotas raciais nas universidades públicas do Brasil. Disponível em: . Acesso em: [data].

VERGARA, Sylvia Constant. *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2007.

